

DISCUSSÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE A DIFERENCIAÇÃO ENTRE OBJETO TRANSICIONAL E OBJETO AUTÍSTICO*

ALVES, Paolla Oliveira Müzel
Faculdade Santa Lúcia - FSL
paollamuzel@gmail.com

BARREIRO, Alex
Faculdade Santa Lúcia - FSL
barreiroalex86@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga a função do objeto autístico na clínica psicanalítica com crianças autistas, destacando diferenças em relação ao objeto transicional de Winnicott. Autores como Frances Tustin e Jean-Claude Maleval são fundamentais para a discussão, este último dando com ênfase na noção de borda autística. Destaca-se como o objeto autístico pode desempenhar um papel tranquilizador e comunicativo, facilitando a interação da criança com o ambiente e com seus pares.

PALAVRAS-CHAVE: *psicanálise; autismo; objeto transicional; borda autística; objeto autístico.*

INTRODUÇÃO

Recentemente, temos assistido o aumento de casos de autismo no Brasil e no mundo, conforme nos aponta os índices publicados em relatório e divulgados em matérias jornalísticas. O aumento, objeto de questionamento e reflexões por

*Este artigo é parte integrante de Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 17 de novembro de 2023 pela discente Paolla Oliveira Müzel Alves, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia pela Faculdade Santa Lúcia, sob orientação de Prof. Dr. Alex Barreiro.

parte de especialistas nos convoca a refletir sobre os efeitos do Classificação Internacional de Doenças CID-10 e do Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais - DSM-V (2013) com relação a quantidade dos diagnósticos.

A psicanálise, por sua vez, tem desenvolvido propostas de trabalho junto a crianças autistas, e nesse sentido, produzido e pensado conceitos para manusear na clínica. No que se refere ao trabalho de detecção precoce de bebês em risco de autismo, podemos destacar os diversos trabalhos da pesquisadora e psicanalista franco-brasileira Marie Christine Laznik, que ao longo dessas últimas décadas tem envolvido esforços e dedicação em seus estudos sobre a falha de entrada dos bebês naquilo que se refere ao terceiro tempo do circuito pulsional, como destacado em sua obra “A voz da sereia” (2013a, grifos nossos) “A hora e a vez dos bebês” (2013b, grifos nossos) e Clínica de bebês: litoral entre psicanálise e neurociências (2021), retomado do seminário 11 de Lacan (1985). Sua contribuição impactou os trabalhos de muitos psicanalistas no Brasil, permitindo com que a organização de formações e cursos iniciassem apresentando o trabalho de reconstrução do trânsito libidinal que possibilitaria reduzir os efeitos dos prejuízos de fechamento autístico nos bebês, como tem feito Julieta Jerusalinsk, Kupfer (1997) entre outros autores e autoras que trabalham com o Indicadores de Risco para Desenvolvimento Infantil (IRDI) (Classificação Internacional de Doenças), além das formações de redes, como a Rede bebês e Travessias da infância.

Nesse trabalho, o intuito visa a atenção não nos bebês especificamente, mas nas crianças já diagnosticadas como autistas e nos desafios do trabalho psicanalítico junto delas, em particular e foco de atenção de nossas análises, o “objeto autístico”. Contudo, o trabalho com bebês nos ensinou sobre a importância da reanimação do campo pulsional, em especial, naquilo que autistas possuem mais dificuldade: a troca compartilhada de prazer.

Diferentemente do objeto transicional, como trabalhado por Winnicott (1975), o objeto autístico não ocupa uma função de suporte com relação à ausência da mãe, permitindo com que a criança gradativamente tolere a separação entre ambos. O objeto autístico se refere ao objeto eleito pela criança como parte de seu corpo. Nesse sentido, tirá-lo seria como despedaçar seus membros, uma vez que se trata de uma continuidade. Tal noção nos permite inferir questionamentos acerca de como manuseá-lo e trabalhá-lo. Assim, o debate se inicia em torno do objeto autístico, tendo como principal contribuição o pensamento de dois importantes autores: Frances Tustin e Jean-Claude Maleval.

Para a realização desta pesquisa, recorreu-se a um levantamento bibliográfico a respeito do tema, e em seguida feito um balanço, permitindo selecionar livros, capítulos, teses, artigos e dissertações que dialogam com

nossas perguntas e objetivos de pesquisa, sendo elas: Quais as diferenças entre objeto autístico e transicional? Qual a importância do objeto autístico na clínica psicanalítica com crianças? Portanto, foi preciso promovermos um debate conceitual sobre as ideias, neste caso, acerca da noção de objeto autístico, apresentando aos leitores (as) como sua discussão vem se transformando na literatura psicanalítica e da importância do conhecimento e utilização do objeto autístico no trabalho com crianças autistas, indicando como a discussão se encontra atualmente.

2. A NOÇÃO DE OBJETO TRANSICIONAL EM DONALD WINNICOTT

Investigar o desenvolvimento da noção de objeto autístico pensado por Tustin (1975) requer, primeiramente que façamos um percurso histórico, percorrendo o conceito de objeto transicional do psicanalista inglês Donald Winnicott, apresentando as distinções entre ambos, evitando que ambas possam ser entendidas como pertencentes e ocupando a mesma função junto a criança.

De acordo com Winnicott (1975, grifos nossos), ao nascer, os bebês utilizam o punho e dedos para estimular e satisfazer os instintos da zona erógena oral. Meses depois, passam a brincar com objetos – muitas vezes - oferecido pela mãe, adquirindo um valor e importância especial, ao qual eles se apegam. Esse objeto é a primeira possessão “não-eu” do bebê. Esses seriam os denominados objetos transicionais, sendo o adjetivo transicional uma indicação do lugar e função dos objetos e fenômenos na vida psíquica do bebê (Nasio, 1995).

Winnicott (1975) define como objetos transicionais e fenômenos transicionais a área intermediária de experiência dos bebês, entre o erotismo oral e a relação de objeto, ou entre a atividade criativa primária e a projeção daquilo que já foi introjetado. Eles pertencem ao domínio da ilusão da base do início da experiência. Assim, o balbuciar do bebê e o murmurar de canções que uma criança produz para dormir se encaixam nessa área intermediária de fenômenos transicionais tanto quanto objetos que não fazem parte do corpo do bebê e não pertencem à realidade externa.

Esses objetos representam o seio até certo ponto, como lembra Winnicott (1975) e são entremeados ao padrão pessoal do bebê. Eles são importantes para o momento de dormir e funcionam como uma defesa contra a ansiedade. Muitas vezes, os pais compreendem o valor do objeto e buscam não interferir, evitando lavá-lo quando fica sujo ou mal-cheiroso, uma vez

que desconfiam poder provocar uma ruptura da experiência do bebê, vindo a intervir no significado e valor do objeto para ele.

Para Winnicott (1975) o padrão dos fenômenos transicionais começa entre os 4 e 6 aos 8 e 12 meses de idade, podendo haver variações, e não há diferença relevante no uso dos objetos transicionais entre meninos ou meninas. O bebê pode ter um desenvolvimento emocional perturbado que cria obstáculos ao estado de transição, rompendo assim a sequência dos objetos usados. A maternagem suficientemente boa é o que permite o desenvolvimento do bebê e o surgimento dos objetos transicionais, conforme a mãe se identifica e se adapta às necessidades do bebê para que este experimente a sensação de continuidade da vida e possa se desenvolver, formando pontos de referência estáveis e fundamentais para o ego infantil se estabelecer no tempo e espaço (Costa, 2007).

O surgimento do fenômeno transicional é, portanto, um sinal dessa maternagem suficientemente boa, e sua evolução é marcada pela influência do ambiente (NASIO, 1995). Para Winnicott (1975), o objeto transicional é uma possessão, não sendo, portanto, um objeto interno sobre o qual se tem controle onipotente, ou um objeto externo fora de controle, como a mãe real. Esse objeto também se torna descatexizado conforme se desenvolvem os interesses culturais, que incluem o brincar, a criatividade e apreciação artística.

Além disso, Winnicott (1975) define que o objeto transicional é relegado ao limbo com o tempo. Ele não vai para dentro, não é esquecido e o sentimento relacionado a ele não sofre repressão, mas ele perde o significado na medida em que os fenômenos transicionais se tornam difusos e se espalham pelo território da realidade psíquica interna e o mundo externo, ou campo cultural, que são campos primariamente incomunicáveis e imiscíveis e por isso os objetos transicionais se estabelecem entre eles. O paradoxo do objeto transicional se deve a essa característica de estar ligado ao objeto externo e ao objeto interno, mas se diferenciar de ambos (Santos, 1999).

O objeto transicional não é, portanto, a coisa que o bebê manipula, mas como essa coisa é utilizada. Por isso, o foco dentro do estudo dos objetos transicionais deve estar na função ocupada na vida psíquica do bebê (Costa, 2007).

Trata-se de um sinal da transição do estado de fusão bebê-mamãe e o estado de relação em que a mãe é um objeto externo e destacado. Isso se torna possível pelo objeto transicional na medida em que, por meio dele, o bebê confirma a possibilidade de existência de uma coisa que não faça parte de si, permitindo assim sua condição de autonomia e independência (Santos, 1999).

Os objetos transicionais também surgem quando há uma ameaça de interrupção dos cuidados maternos e permitem o restabelecimento da continuidade para que seja suportada a separação. A partir do objeto transicional, conforme Costa (2007) relendo Winnicott, o bebê adquire o sentimento de *self* e faz o reconhecimento objetivo da realidade.

O objeto sinaliza para a existência do espaço transicional, que é habitado pelos fenômenos e objetos que se pode observar. O espaço transicional segue existindo por toda a vida e é uma forma de lidar com a tensão da relação entre a realidade externa e interna (Nasio, 1995).

Para distinguir o objeto transicional do objeto autístico, é importante pensar, primeiramente, no contexto de fenômeno transicional e espaço transicional que envolvem a teoria do objeto transicional, variáveis essas que não se apresentam na definição do objeto autístico.

Vejamos, como a noção de objeto autístico desenvolvida por Frances Tustin (1975) a partir de seu trabalho com crianças autistas se distingue da noção de transicional.

3. DO OBJETO TRANSICIONAL AO OBJETO AUTÍSTICO: A CRIAÇÃO DE TUSTIN

Frances Tustin (1913-1994) foi uma psicanalista inglesa que ficou conhecida por trabalhar com crianças autistas por volta da década de 1950. Tustin trabalhou no Centro James Jackson Putnam em Londres, utilizando técnicas da psicanálise infantil kleiniana. Em 1970, Tustin escreveu e publicou artigos sobre seus estudos, e em 1972, escreveu o livro *Autismo e Psicose Infantil*, no qual trazia a teoria de que as crianças autistas tendiam a se proteger com a ilusão de ter um invólucro ao redor de seu corpo.

A autora contribuiu no desenvolvimento da psicanálise, sendo membro proeminente da Associação de Psicoterapeutas Infantis na Grã-Bretanha e Membro Honorário do Centro Psicanalítico da Califórnia (PCC), além de ter sido reconhecida pela *British Psychoanalytical Society* em 1984 como *Honorary Affiliate Member* por suas descobertas (The Frances Tustin Memorial Trust, 2023c).

Em *Autismo e Psicose Infantil*, Tustin estuda clinicamente o objeto do autista e suas funções, e considera que estes objetos carregam um aspecto patológico, de destruição e desespero que são vividos como partes do corpo e têm o efeito devastador de substituírem e encarnarem permanentemente a mãe (Ribeiro; Martinho; Miranda, 2012).

Para Tustin (1975), os objetos autísticos podiam consistir em partes

do corpo da própria criança ou partes do mundo externo experienciadas por ela como partes de si mesma, e eles desempenham um papel no desenvolvimento psicológico da criança.

Parte da teoria da autora também se baseia no objeto transicional, e ela postula que o objeto autístico seria um precursor do objeto transicional, pois ainda é percebido pela criança como totalmente eu, e este se une ao objeto transicional não eu quando há um desenvolvimento normal.

Os objetos autísticos são protetores da perda, não substitutos, e acabam por impedir o desenvolvimento do grau de consciência e a separação corporal. Sua função envolve negar a falta e não permitir que ocorra uma separação do Outro, de forma a evitar a angústia e suprimir ameaças de ataque corporal e aniquilação (Tustin, 1975).

Um exemplo de Tustin é de uma criança psicótica chamada David¹, que costumava atribuir algumas propriedades mágicas ao carrinho de brinquedo que lhe protegia de perigos. David apertava tanto o carrinho em suas mãos que era como se ele fosse uma parte de si, e o aperto deixaria para trás marcas que passavam a sensação de que o carrinho permanecia em seu corpo para protegê-lo (Ribeiro; Martinho; Miranda, 2012).

Nesse caso explorado por Tustin (1975) e em muitos outros, os objetos autísticos, além de serem sentidos como sendo parte do corpo da criança, também são usados de maneiras que vão além de suas funções. Promovendo segurança e proteção, esses objetos acabam por ter uma autossensibilidade excessiva e se tornam desviantes e perversos, de forma a atrapalhar o desenvolvimento. Por isso, para Tustin, os objetos autísticos são considerados inúteis e nulos (Ribeiro; Martinho; Miranda, 2012).

Esse uso além das funções do objeto tem a característica de ser ritualístico e bizarro, e não conta com a percepção de separação corporal que envolve as fantasias associadas a outros objetos por parte de outras crianças. A criança autista também tende a ter uma preocupação rígida e intensa com seus objetos autísticos, como lembram Ferreira e Abrão (2014) de forma que qualquer possível fantasia associada a eles pode ser considerada como tendo uma natureza primitiva e ligada às sensações corporais.

Tustin (1975) chegou a considerar que os objetos poderiam ter uma importância no processo de desenvolvimento, contanto que utilizados de forma moderada e sem atrapalhar o desenvolvimento simbólico necessário para o uso adequado de palavras, por exemplo.

¹ Para saber mais sobre o caso David, ler Tustin (1975).

Foi a partir do estudo do caso de algumas crianças autistas, como o caso de David, que Tustin passou a perceber que a sensação de proteção que as crianças obtinham de seus objetos autísticos impediam-lhes de serem alcançadas por tentativas externas de ajuda (Ferreira; Abrão, 2014).

Para a autora, os objetos autísticos, como o próprio estado do autismo, são dominados pelas sensações. Os objetos autísticos são utilizados de forma canalizada, repetitiva, sem discriminação e sem possibilidades de aprendizado de novas redes associativas para a criança, de forma que o círculo vicioso de atividades que compõe os objetos autísticos tende a se solidificar no funcionamento global da criança.

Os objetos podem ser substituídos por outros que tragam a mesma sensação à criança, causando inclusive um bloqueio de consciência sobre a existência de outras coisas. O afastamento da criança autista de seus objetos autísticos pode causar estados de aflição e desespero devido ao enfrentamento do trauma original de separação e solidão, com a sensação de ter perdido parte do corpo até que o objeto seja substituído por outro experienciado com a mesma função. Por isso as crianças autistas tendem a usar de forma obsessiva os objetos autísticos, considerados parte de seus corpos, e seu foco se encontra no contorno do objeto a despeito de seu significado ou função (Ferreira; Abrão, 2014).

Ferreira e Abrão (2014), retomando as produções de Tustin (1975), discutem a tendência das crianças autistas de não terem suas modalidades sensoriais claramente diferenciadas, de forma que certas sensações são vivenciadas distintamente das esperadas, como quando imagens e sons são sentidos como se tocassem a criança.

Para Tustin (1975), os objetos autísticos proporcionam, além de satisfação instantânea, o obscurecimento da solidão devastadora do processo de crescimento que exige separação corporal e desenvolvimento de identidade própria. As crianças autistas não criam simulações válidas do seio da mãe, por exemplo, e por isso não desenvolvem artifícios para suportar a ausência da mãe. Isso as leva à formação de barreiras rígidas e impenetráveis e o desenvolvimento de artefatos falsos, pelos quais elas não precisam esperar.

A transição para a interrupção do uso dos objetos autísticos deve ser feita de forma cuidadosa, visando um desenvolvimento de sentimentos de confiança básica da criança em relação a outros seres humanos. Tustin (1975) alerta sobre a aparente ausência de medo que as crianças podem apresentar, mas, que na verdade pode esconder um terror intenso não expresso visivelmente.

A autora elaborou também a ideia de formas autísticas, que apesar

de peculiares de cada criança, apareciam em todos os casos que ela atendia. Ela correlacionou as formas autísticas aos objetos autísticos na medida em que ambos surgem por meio das sensações corporais autoinduzidas e das atividades condizente a sensualidade infantil e que se diferencia pelas características de objetos que podem trazer a calma e a tranquilidade à criança em crise autística.

No aspecto condizente aos efeitos maléficos destacados por Tustin (1975) quando se reporta ao objeto autístico foram questionados por Jean-Claude Maleval (2009) que passou a perceber a importância de se apoderar da criação dos objetos autísticos para permitir desdobramentos na clínica com as crianças, portanto, entendendo a aproximação com o objeto não como algo nocivo que a criança possui, mas como possibilidade de intervenção e transformações.

Para explorarmos as contribuições de Maleval (2017) sobre a noção de objeto autístico, é importante que antes possamos entender o que o autor chama de Borda autística, pois a criação de uma borda quem favorecerá a produção do objeto autístico, e justamente pela borda que a clínica psicanalítica com essas crianças pode permitir efeitos na abertura para as relações sociais, favorecendo com que elas suportem o Outro da linguagem.

4. A FORMAÇÃO DA BORDA AUTÍSTICA PARA SE PENSAR O OBJETO

Os psicanalistas Lefort e Lefort (2017), em seus trabalhos com crianças autistas, passaram a apostar na diferenciação estrutural do funcionamento entre o autismo e a psicose. Para eles, a alucinação na psicose não estava presente no autismo, além disso, as crianças autistas recorriam a recursos próprios e modos de funcionamento que lhes chamavam a atenção, seja na dimensão da repetição ecológica da linguagem, nos movimentos estereotipados, na ausência de sustentação do olhar para o outro e na recusa da demanda do outro. A linguagem, como perceberam os psicanalistas era demasiadamente invasiva para essas crianças. Nesse sentido, a hipótese de uma quarta estrutura psíquica (o autismo) passou a ser considerada, diferenciando-se da neurose, da psicose e da perversão.

Essa perspectiva estrutural será retomada pelo autor Maleval (2015), que passará a compreender o autismo como uma quarta estrutura e pensar a partir da clínica como essas crianças confeccionam uma borda para lidar com o/Outro. Nessa borda encontram-se a formação dos duplos, as ilhas de competência e os objetos autísticos, este último alvo de interesse desta pesquisa.

Ao discutirmos a característica proposta por Maleval (2017) para a compreensão da estrutura autística, ou seja, o aparelhamento do gozo pela borda, torna-se essencial aprofundar nosso entendimento do conceito de borda autística.

Na obra *O autista e a sua voz* (2017, p. 126), Maleval discorre:

A borda da criança autista pode ser uma barreira autossensual, gerada por estímulos corporais, – tais como movimentos rítmicos, sacudidas, pressões sobre os olhos etc. – que separa sua realidade perceptiva do mundo exterior, quando este se faz demasiado insistente.

Esses estímulos corporais mencionados criam uma barreira que separa a realidade perceptiva do sujeito autista do mundo exterior, especialmente quando este se apresenta de maneira insistente. Portanto, a borda se apresenta como uma estrutura protetora, que delimita o mundo e auxilia o sujeito na preservação da imutabilidade, que é altamente valorizada pelos autistas (Silva, 2018).

A estereotipia é, portanto, uma forma de criar um objeto que anula o mundo. A pessoa autista opera aqui um duplo movimento: separar-se do mundo externo, vivido como incompreensível e fonte de angústia, e abrir-se para um mundo interno infinito. Assim, esse duplo movimento visa criar uma borda simultaneamente separadora e protetora. (Orrado; Vivès, 2021, p.42)

Para Maleval (2017), a definição de borda está relacionada à barreira que o indivíduo autista constrói a partir de seu objeto, com o propósito de separar seu mundo seguro e estável da realidade dos outros, que ele percebe como incoerente e angustiante.

Essas estratégias defensivas de investimento nas bordas possibilitam ao autista sair do isolamento e estabelecer conexões com o mundo exterior. Essa abordagem é considerada um trabalho autoterapêutico, uma solução individual para cada autista. O papel do analista consiste em se familiarizar com as estratégias defensivas específicas do autista e auxiliá-lo na construção de uma localização do gozo² e na transformação da economia gozosa (Bialer, 2014).

² A noção de gozo em Lacan se aproxima do conceito de pulsão em Freud. Para uma melhor compreensão do conceito de gozo em Lacan, recomenda-se a leitura da obra “LACAN, Jacques, 1901-1981. O Seminário: Livro 20: mais, ainda / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de M.D. Magno. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985”.

O esvaziamento da borda ocorre quando o indivíduo autista faz a escolha de criar uma perda em relação a essa borda. Sua tendência a utilizar imagens, em algumas situações, pode permitir que ele represente esse processo. A cessão do gozo também pode ocorrer quando o sujeito se arrisca a se afastar temporariamente de seu sistema de proteção em relação às interações sociais, o que, essencialmente, representa um desinvestimento parcial na função da borda (Maleval, 2018).

É fundamental reconhecer a importância de respeitar diversas modalidades de investimento nas bordas, tais como a ligação ao objeto autístico, o investimento em um duplo e em uma ilha de competência. Essas modalidades são consideradas estratégias subjetivas significativas no autismo, pois possibilitam atenuar a necessidade de controle de um mundo imutável e altamente ordenado, promovendo, assim, a abertura para o mundo e para as relações sociais (Bialer, 2014).

A borda delimita então, um mundo interior de liberdade e de poder, pois ele constitui uma proteção com relação ao mundo exterior, mas é necessário salientar que ela se dá com um tratamento complexo da parte do sujeito, na ocasião na qual ele pode às vezes, desenvolver admiráveis capacidades. (Maleval, 2010, p.12)

De acordo com Maleval (2010), Grandin ressalta uma falha comumente cometida por muitos educadores de crianças autistas ao tentarem eliminar suas fixações e obsessões. Grandin, conforme Maleval (2010), com base em sua experiência pessoal, propõe que seja mais benéfico ampliar o campo obsessivo e direcionar o interesse manifestado pelo autista para atividades construtivas. Por exemplo, quando uma criança demonstra uma intensa obsessão por navios, é aconselhável aproveitar essa fixação para incentivá-la a ler, aprender matemática, consultar livros especializados e resolver problemas relacionados à velocidade e nós. Dessa forma, as fixações podem se tornar uma fonte de motivação. Grandin (1997), conforme Maleval (2010) menciona a observação de Léo Kanner, que afirmou que, em alguns casos, o caminho para o sucesso de certos autistas envolve a transformação de uma fixação em uma carreira profissional. Um exemplo destacado por Maleval (2017) é o de Joey, conhecido como a criança-máquina de Bruno Bettelheim (1987) que nutria uma paixão pela eletricidade e lâmpadas durante a infância e acabou se tornando eletricitista na idade adulta.

Essa perspectiva ressalta a importância de reconhecer e utilizar

os interesses específicos das crianças autistas como uma ferramenta para impulsionar seu desenvolvimento e alcançar resultados positivos em suas vidas.

A finalidade terapêutica dessas bordas, torna-se evidente ao compreender que elas representam os meios pelos quais os autistas lidam com as demandas de seu ambiente, buscando manter uma sensação de segurança e proteção. Como resultado, a formação das bordas pode desempenhar um papel fundamental em facilitar a abertura do autista para interações com seus pares, além de contribuir para a aprendizagem, possibilitando a construção de uma solução singular que se ajuste ao seu funcionamento psíquico, como nos ensinou Maleval (2017).

5. A FORMAÇÃO DOS DUPLOS

A formação dos duplos é um recurso/componente utilizado que desempenha um papel importante nas tentativas de apaziguamento, auxiliando a criança autista a se sentir mais segura e confortável em seu ambiente. Dessa forma, Araújo, Furtado e Santos (2017) discutem a relevância do conceito de duplo na compreensão do autismo em seu artigo, referenciando Maleval (2009, p. 99), “diferente do que ocorre na psicose, o duplo autístico não é ameaçador e invasor, pois a própria criança escolheu e o mantém, modificando-o”.

No capítulo “O retorno do gozo na borda autística” do livro “O autista e a sua voz (2017), Maleval aborda:

Muitas crianças autistas, a fim de evitarem o engajamento que um apelo constitui – implicando sempre o risco de uma recusa –, preferem segurar a mão de um adulto para conduzi-lo a efetuar uma ação pela qual estão esperando. Essa conduta é muito característica da relação mantida pelo autista com um duplo. Ela se observa de maneira mais enigmática na comunicação facilitada, quando se constata que os autistas revelam-se inexplicavelmente de acordo em não estarem em condições de praticá-la, pelo menos num primeiro momento, a não ser por meio de um contato com um facilitador. (Maleval, 2017, p.127)

Deste modo, o conceito de duplo se torna fundamental para o indivíduo autista, auxiliando na superação da solidão. Essa concepção é reconfortante para o autista, pois está em sintonia com sua própria identidade e possibilita a experimentação de um gozo limitado. Torna-se um recurso

confiável ao qual ele pode recorrer em busca de apoio (Maleval, 2017).

Ademais, é fundamental ressaltar que essa atitude é característica da ligação que o autista estabelece com outra pessoa. Isso se torna particularmente intrigante na comunicação facilitada, onde fica evidente que os autistas parecem concordar, inicialmente, em não serem capazes de realizar essa comunicação por si mesmos, a menos que tenham a ajuda de um facilitador. Portanto, torna-se evidente o papel crucial que a criação de identidades imaginárias com suas contrapartes autísticas desempenha. Além de criar um vínculo com uma figura semelhante, contribuindo para a construção de uma imagem com a qual o autista pode se relacionar e, assim, enriquecer a sua imaginação (Bialer, 2015).

Recorrer à ideia de um duplo pode ser de imensa relevância e, frequentemente, uma necessidade, para que o indivíduo autista possa encontrar soluções que o auxiliem na sua interação com o mundo e, assim, supere o isolamento característico do autismo. É relevante apontar que essa identificação com os duplos atua como uma proteção para o autista, filtrando as influências externas por meio deles.

Bialer (2015) sugere que o vínculo com um duplo imaginário é uma construção pessoal do autista, resultado de um processo psicológico profundo que lhe oferece apoio na busca por uma maior vitalidade pulsional e na regulação do seu bem-estar emocional.

Além disso, Araújo, Furtado e Santos (2017) destacam que Maleval (2009) argumenta que o uso do duplo também é acompanhado por certas limitações, pois “[...] não permite enodar a linguagem com o gozo, de modo que, através do mesmo, o sujeito não sente que consiga conectar-se com o que sente”.

Tornar acessível o que é sentido e compartilhá-lo com o/Outro pode ser uma experiência extremamente desafiadora. No entanto, o conceito de duplo pode atuar como uma ferramenta de expressão que permite ao autista comunicar por meio de representação e, assim, proteger-se das expectativas do mundo exterior.

Muitos autistas utilizam esse procedimento, que consiste em se apagar para falar por procuração – desobrigando-se, assim, de toda e qualquer asserção que lhes seja própria. É o duplo que fala, e não eles mesmos. Com isso, as palavras são afetadas por uma certa derrisão, e o crédito que convém atribuir a elas torna-se incerto para o interlocutor. (Maleval, 2017, p. 133)

Maleval (2017) aprofunda sua investigação sobre a formação dos duplos ao retratar os amigos imaginários de Donna Williams em seu livro *O*

autista e sua voz (2017). Desse modo, no trecho do livro, torna-se evidente que Donna Williams, para consolidar sua identidade e comunicação na presença de outros indivíduos, criou duas representações de si mesma, as quais ela se referia como suas marionetes. Segundo ela, ninguém deveria se relacionar diretamente com sua persona, pois a conexão só era possível com essas duas figuras, às quais ela estava disposta a expor. Uma delas, chamada Willie, personificava todo o seu entusiasmo e combatividade, enquanto a outra, Carol, era uma casca desprovida de sentimentos que refletia sua habilidade social e sua capacidade de desempenhar diferentes papéis (Maleval, 2017).

Por fim, é fundamental que os indivíduos autistas mantenham um controle da sintonia com o duplo que escolheram e que possam convocá-lo à vontade. Assim, o duplo autístico desempenha uma função pacificadora, na qual o indivíduo concorda em se harmonizar com essa imagem de proteção, da qual obtém vantagens imediatas. Logo, ele não atua como um dispositivo de imposição sobre o indivíduo e não se assemelha às personalidades “como se”, que indicam o apoio que o indivíduo recebe dos ideais de outra pessoa em seu ambiente (Maleval, 2017).

6. AS ILHAS DE COMPETÊNCIAS

Conforme Bialer (2015), as ilhas de competência referem-se à criação de um domínio de conhecimento, à aquisição de habilidades desenvolvidas em um contexto específico, que pode servir como base para a formação de um Outro de suplência. Dessa forma, é fundamental destacar que o conhecimento desenvolvido em relação à ilha de competência é uma consequência da decisão de aprendizado feita pela pessoa com autismo, com base em sua singularidade. Isso tem o potencial de estimular um crescimento emocional, cognitivo e social, combinando esses domínios de forma inovadora e resultando em uma transformação subjetiva.

Em relação às ilhas de competência, os indivíduos autistas demonstram um vínculo e um interesse excepcionais que refletem sua capacidade de experimentar o gozo. Desde os primeiros relatos, como os de Asperger, observou-se que esses componentes da borda são propensos a facilitar a interação social, devido à diversidade de interesses que podem despertar. Assim, uma característica típica do autismo é a presença de interesses intensos e incomuns, que frequentemente levam o indivíduo a desenvolver habilidades excepcionais em áreas específicas, adquirir conhecimentos extraordinários e até mesmo criar mundos imaginários (Maleval, 2017).

De acordo com Maleval (2017, grifos nossos), a *American Psychiatric*

Association no DSM-4 (1994), observa que um grande contingente de crianças autistas se envolve profundamente em interesses únicos e peculiares, que podem abranger uma ampla gama de tópicos, como linhas de ônibus, nomes, calendários, astronomia, plantas carnívoras, peixes, árvores genealógicas de famílias reais, horários de trens, isoladores elétricos e outros. É por isso que as descrições psiquiátricas do autismo rotineiramente destacam a “preocupação total com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesse, anormais em intensidade ou foco”.

Para alguns autores, tal como a autista de alto funcionamento Temple Grandin (1997), uma renomada autora, palestrante e pesquisadora no campo do autismo, as ilhas de competência frequentemente são consideradas obsessões, pois o sujeito, por um certo período, concentra-se exclusivamente nesses interesses e fala somente sobre eles. Grandin destaca que sua tendência à obsessão desempenhou um papel significativo em sua vida, proporcionando a motivação para desenvolver suas pesquisas universitárias. Segundo ela: “A tendência à obsessão é um traço humano normal, mas os autistas a têm em muito mais alto grau” (Maleval, 2017, grifos nossos).

É importante compreender que quando o indivíduo autista é inserido em ambientes onde suas criações e suas ilhas de competência são valorizadas - em vez de serem consideradas obstáculos ao seu desenvolvimento -, quando a escolha dos seus duplos e dos seus objetos é respeitada, demonstra-se ser viável para o indivíduo não deixar de ser autista, mas sim transcender o seu mundo constante e seguro, o que lhe proporciona a oportunidade de se envolver na vida social. Somente assim é possível ocorrer uma transformação que capacita o autista a se tornar um sujeito responsável que abraça seu processo de desenvolvimento futuro e assume seus deveres (Maleval, 2017).

7. O OBJETO AUTÍSTICO

Conforme apresentado, Frances Tustin (1975) foi a primeira psicanalista a investigar o atendimento clínico com sujeitos autistas utilizando o objeto. Ela define o autismo como a interrupção do desenvolvimento psicológico em uma fase primitiva, podendo também ser uma regressão a essa fase — o bebê não percebe a existência de um mundo externo e o vivência da mesma forma que os elementos de seu corpo. Já o autismo patológico é definido como uma posição na qual a criança se fecha para a percepção do mundo externo e se foca em seus próprios sentimentos e sensações corporais (Lucero; Vorcaro, 2015).

Primeiramente, para sua teoria, Tustin se apoia na descoberta de

Winnicott sobre o objeto transicional, de forma que o objeto autístico poderia ser uma espécie de precursor do objeto transicional, embora ainda seja percebido como totalmente eu pela criança. Para Winnicott (1975), no entanto, o objeto transicional é um substituto do objeto primordial de gozo após sua perda, enquanto os objetos autísticos, para Tustin (1975), não são substitutos e funcionam como proteção contra a perda. Os objetos autísticos também oferecem sensações de segurança e desvio de atenção, de forma a suprimir ameaças de ataque ou aniquilação do corpo (Maleval, 2009).

A criança utiliza então os objetos autísticos como forma de se manter nessa posição, sendo esses objetos as partes do corpo da criança ou do mundo externo que ela experimenta como parte de si mesma, buscando anular a existência do mundo externo; ela vê os objetos como o verdadeiro objeto de seus desejos, evitando assim sentimento de frustração e desastre e possibilitando um sentimento de autossuficiência (Lucero; Vorcaro, 2015).

O objeto autístico muitas vezes pode ser um carrinho, um pião e até mesmo uma tampa de panela, e cada elemento desses terá uma função primordial de não só proporcionar uma abertura do indivíduo para o mundo exterior, como também gerar um efeito apaziguador de suas dores, angústias e medos. Por isso, é imprescindível que o terapeuta identifique o objeto eleito pela criança, pois ele é como um prolongamento do ser. Remover esse objeto pode ser percebido como uma ação tão drástica quanto despedaçar seus membros, uma vez que representa uma continuidade (Maleval, 2009).

É preciso entender a diferença entre os objetos autísticos e os objetos transicionais. Nesse sentido, há, basicamente, duas distinções entre esses dois objetos. A primeira distinção reside no fato de que as crianças utilizam objetos transicionais somente durante os primeiros anos de vida, ao contrário dos objetos autísticos, que persistem em etapas posteriores. A segunda diferença envolve o papel do objeto transicional em atenuar a sensação de perda e acalmar o indivíduo diante da ausência materna. No caso do objeto autístico, além de desempenhar uma função tranquilizadora, ele também desempenha um papel estimulante para o sujeito - uma característica que não está presente quando uma criança utiliza um objeto transicional, dado que esta já é um sujeito desejante (Maleval, 2009).

Os objetos contam com quatro maneiras de construção, podendo ser o objeto bruto, utilizado pelo autista para colocar ordem no mundo de forma a protegê-la do desejo do Outro, e o objeto não regulado, que carrega significantes particulares do indivíduo e ajuda no melhor ordenamento do mundo. Já no objeto autístico regulado, os significantes se apresentam em massa e com resposta automática, e no objeto como regulador o sujeito pode

se movimentar ancorado a um objeto que o protege do outro por meio de uma espécie de barreira (Calvazara; Silva, 2018).

Eventualmente, Maleval (2017) substituiu esses quatro tipos por dois tipos de objetos, sendo eles os objetos simples, considerados recursos de defesa, e os objetos complexos, cujo caráter dinâmico permite a construção de laço social para o sujeito autista. Esse sujeito tende a assimilar a propriedade dinâmica do objeto por meio do trabalho apoiado no objeto e passando por uma elaboração imaginária da perda simbólica. O objeto não deve, portanto, ser retirado do sujeito, uma vez que facilita o processo de barramento da presença do Outro, e deve-se em vez disso trabalhar a partir das construções já realizadas com o objeto, sendo assim um importante elemento de construção particular do sujeito e necessário na análise (Calvazara; Silva, 2018).

Os objetos autísticos simples têm um significado profundo para o sujeito autista. Eles podem representar uma fonte de consolo, uma âncora em um mundo frequentemente caótico ou um meio de regulação emocional. Esses objetos adquirem uma importância simbólica, representando não apenas um objeto físico, mas também um objeto de desejo e significado (Maleval, 2017).

Maleval (2017) argumenta que o objeto autístico não deve ser removido do sujeito autista, uma vez que desempenha um papel fundamental na regulação da relação entre o sujeito autista e a invasiva experiência de gozo do Outro. Também é importante destacar que o objeto autístico complexo é uma criação pessoal do indivíduo, não algo que já existisse prontamente no ambiente. Em algumas situações, esses objetos autísticos complexos podem ser adotados, em vez de serem criados pelo sujeito. Por exemplo, a máquina de lavar ou a televisão podem funcionar como objetos sedativos, acalmando o sujeito, que reage com intensidade quando esses objetos são retirados dele (Maleval, 2009).

O objeto autístico simples fica sempre grudado no sujeito a serviço da autossensualidade que o isola, bem ao contrário do objeto autístico complexo que, afasta o gozo e sendo só barreira contra o outro, mas uma conexão com a realidade social (Maleval, 2017).

A clínica do autismo nos indica, com efeito, que o interesse por um objeto não se deve ao acaso. Ele é, ao mesmo tempo, uma escolha do sujeito e a testemunha do caminho traçado pelo gozo. Da mesma forma que supomos que há sujeito em devir, atribuímos ao objeto autístico uma possibilidade de evolução. (Orrado; Vivès, 2021, p.51-52)

A automáquina de Joey e a máquina de apertar de Temple Grandin são, indiscutivelmente, os dois exemplos mais notáveis de objetos autísticos complexos reconhecidos atualmente pelos especialistas do autismo (Maleval, 2017).

Com base nas reflexões expostas, é possível inferir que o sujeito autista, considerando sua relação com o Outro, pode empregar um objeto, independentemente de ser um brinquedo, como uma ferramenta de intervenção na abordagem clínica. Esse objeto não é simplesmente uma entidade material, ele desempenha um papel integral na prática clínica, atuando não só como mediador no desenvolvimento psíquico da criança, mas também como uma ligação com o mundo exterior. É fundamental que terapeutas, psiquiatras, psicólogos e psicanalistas invistam em mais pesquisas e análises na prática clínica para auxiliar esse público de forma a entendê-los melhor, sobretudo, para contribuir no contexto social em que os sujeitos autistas estiverem presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de revisão bibliográfica teve o intuito de compreender a função do objeto autístico na clínica psicanalítica com crianças autistas, considerando as contribuições de referências no assunto, tal como Frances Tustin e Jean-Claude Maleval. Ao longo da pesquisa, exploramos a construção da borda autística em Maleval e importância para manusear o objeto autístico na clínica.

A noção de borda autística discutida permitiu com que compreendêssemos a importância do fenômeno do objeto autístico e a aproximação para efeitos de seus desdobramentos na clínica. Para além de uma discussão teórica e conceitual, o percurso trilhado por essa pesquisa apontou para a necessidade de um trabalho que se debruce sobre a compreensão e a aposta no sujeito, ao invés de um sistema rítmico de repetições que almejam a normatização de um comportamento, sem perguntar onde se encontra a subjetividade da criança.

Podemos, nesse sentido, compreender a diferença que representa a teoria e a intervenção psicanalítica no trabalho junto das crianças autistas, concebendo-os para além dos rótulos diagnósticos que os condicionam, e muitas vezes os posicionam em um lugar marcado pela incapacidade e impotência, perdendo de vista a singularidade e a potência criativa da criança autista.

O trabalho a partir das bordas favorece essa aposta, uma vez que demanda do analista construir um caminho para participar com a criança de seu brincar, do interagir e da reconstrução do circuito pulsional, que permite as trocas compartilhadas de prazer.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION DSM-IV-TR. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**, 1994.

ARAÚJO, A. R. A. de; FURTADO, L. A. R.; SANTOS, S. F. P. dos. (2017). A noção de duplo e sua importância na discussão do autismo. **Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica**, 20(2), 357–370. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1809-44142017002005>. Acesso em 28 de setembro de 2024.

BIALER, M. Algumas estratégias de (auto) tratamento do autista. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 150-162, abr. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282014000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em outubro de 2023.

BIALER, M. O apoio no duplo autístico na construção do imaginário no autismo. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 92-105, abr. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282015000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em setembro de 2023.

BETTELHEIM, B. **A fortaleza vazia**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

CALZAVARA, M. G. P; SILVA, B. S. A função do objeto na clínica do autismo. *Contextos Clínic*, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 72-82, jun. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822018000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em setembro de 2023.

COSTA, T. **Psicanálise com crianças**. Rio De Janeiro, Rj: Jorge Zahar, 2007.

FERREIRA, J. A.; ABRÃO, J. L. F. O sistema de encapsulamento: a evolução dos conceitos de formas e objetos autísticos na obra de Frances Tustin. **Estilos da Clínica**, v. 19, n. 3, p. 398-413, 2014.

GRANDIN, T. **Pensar em imagens**. O. Jacob. Paris, 1997.

GRANDIN, T. **Uma Menina Estranha**. São Paulo. [Seguinte; (17 dezembro 1999)

JERUSALINSKY, J. **A Criação da Criança: Brincar, Gozo e Fala Entre a Mãe e o Bebê - Coleção de Calças Curtas**, 2.ed. Salvador, BA: Ágalma, 2011.

LAZNIK, M. C. **A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito**. Editora Ágalma: São Paulo, 2013a.

LAZNIK, M. C. **A hora e a vez do bebê**. Editora Instituto Langage: São Paulo, 2013b.

LAZNIK, M. C. **Clínica de Bebês: Litoral entre Psicanálise e Neurociências**. Editora Instituto Langage: São Paulo, 2021.

LEFORT, R.; LEFORT, R. **A distinção do autismo**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

- LUCERO, A; VORCARO, A. Os objetos e o tratamento da criança autistas. *In: Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 3, p. 310-317, set.-dez. 2015. Disponível em: doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/931>. Acesso em setembro de 2023.
- MALEVAL, J. C. Os objetos autísticos complexos são nocivos? *Psicologia em Revista*, v. 15, n. 2, p. 223-254, 2009.
- MALEVAL, J. C. Por que a hipótese de uma estrutura autística? *Opção Lacaniana online*. Ano 6, n. 18, p. 1-40, 2015.
- MALEVAL, J. C. **autista e a sua voz**. Trad. Paulo Sérgio de Souza Jr. São Paulo: Blucher, 2017.
- MALEVAL, J. C. **O que existe de constante no autismo?** *In: CliniCAPS: impasses da clínica*. V. 4, n. 11, 2010.
- MALEVAL, J. C. (mai. 2018 a out. 2018). Da estrutura autista. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 13(26), 4-38. Disponível em: www.isepol.com/asephallus. Doi: 10.17852/1809-709x.2019v13n26p4-38. Acesso em outubro de 2023
- MALEVAL, J. C. (2003). De l'objet autistique à la machine. Les suppléances du signe. In F. Hulak (Org.), *Pensée psychotique et création de systèmes: la machine mise à nu* (pp.197-217). Ramonville Saint-Agne, França: Éditions Érès.
- MALEVAL, J. C. (2009). *L'autiste et sa voix*. Paris: Éditions du Seuil.
- NASIO, J. D. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. [s.l.] Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 1995.
- ORRADO, I.; VIVÈS, J.M. **Autismo e mediação: bricolar uma solução para cada um**. São Paulo: Aller, 2021.
- RIBEIRO, M. A. C.; MARTINHO, M. H.; MIRANDA, E. R. O sujeito autista e seus objetos. **A peste: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia**, v. 4, n. 2, p. 77-89, 2012.
- SANTOS, M. A. dos. A constituição do mundo psíquico na concepção winnicottiana: uma contribuição à clínica das psicoses. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 12, 1999.
- THE FRANCES TUSTIN MEMORIAL TRUST. **About Frances Tustin** - The Frances Tustin Memorial Trust. Disponível em: <https://www.frances-tustin-autism.org/about-frances-tustin/>. Acesso em maio de 2023.
- TUSTIN, F. **Autismo e psicose infantil** (I. Casson, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1972), 1975.
- WILLIAMS, D. **Meu mundo misterioso: testemunho excepcional de uma jovem autista**. Brasília: Thesaurus, 2012.
- WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio De Janeiro: Imago, 1975.